**PROCESSO** nº 1206 – 4288/2015

**INTERESSADO:** Francimá Cavalcante de Araújo e outro

**ASSUNTO:** Indenização por apreensão de arma de fogo.

**PARECER TÉCNICO**

Trata-se do Processo Administrativo nº 1206-4288/2015, em 01 (um) volume, com 44 (quarenta e quatro) folhas, referente à solicitação de pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensões de armas de fogo, realizadas por Francimá Cavalcante de Araújo – SD PM – Matrícula nº 140810 e Júlio César de Mota Farias – SD PM – Matrícula nº 140599.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise e parecer técnico.

**1 - RELATÓRIO**

**I - PRELIMINARMENTE**

Observa-se que o processo de pagamento de verba de caráter indenizatório por apreensões de armas de fogo encontra-se em conformidade ao que preconiza a Lei Estadual nº 7.313/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 17.760/2012, e alterações dadas pela Lei nº 7.550/2013.

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da ***“análise e emissão de parecer técnico”*,** conforme requerido pela Superintendência de Auditagem desta CGE/AL (fls. 44).

Atendo-se à disciplina estabelecida pela Lei e Decreto Estaduais acima citados, confere-se que o presente Processo Administrativo foi instruído como segue:

1. Às fls. 02/03, verifica-se o Requerimento nº 76/2015 – JRSF, de 05/08/2015, de lavra do Comandante do BPRp, solicitando a concessão de indenização por apreensão de arma de fogo, listando os requerentes participantes da apreensão, a arma apreendida, revólver, calibre 38, encaminhando a superior consideração do Subcomandante Geral da PMAL.
2. Fls. 04/10 observa-se**: Auto de Prisão em Flagrante** de Jonathan Barbosa Guedes Melo, com depoimento do condutor e primeira testemunha e segunda testemunha, **Auto de Apresentação e Apreensão** da arma de fogo revólver calibre 38, cópia de **Documentos de Identificação dos Militares**, e **Declaração** do Comando do RPRp, informando que os Militares estão lotados no Batalhão de Polícia de Radiopatrulha.
3. Fls. 13/14, cópia da Portaria nº 1109**/**GS/2015, de 21/08/2015 e da lavra do Secretário de Estado, sua publicação no Diário Oficial do Estado em 15/09/2016, concedendo aos Policiais a indenização e determinando o valor de **R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a cada um**, pela apreensão da arma de fogo.
4. Fls. 16/17, Despacho nº 01238//2015 - SUPOFC/SSP, datado de 08/10/2015, da Superintendente do Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, encaminhando os autos ao Secretário de Segurança Pública, informando que em virtude da publicação do Decreto nº 39.456, de 20/02/2015, solicita autorização para dar prosseguimento aos tramites.
5. Fls. 26/27, Despacho PGE/PA-00-841/2015, datado de 23/10/2015, de lavra da Douta Procuradoria do Estado, solicitando a juntada no Laudo Pericial da arma de fogo apreendida.
6. Fls.30/34, consta a cópia do Laudo Pericial e registros fotográficos da arma de fogo, de lavra da Perícia Criminal.
7. Fls. 36/37, Parecer PGE/PA.00.2482/2016, datado de 12/09/2016, de lavra do Douto Procurador do Estado, concordando com a indenização, contudo no valor de R$ 250,00 (trezentos reais) a ser dividido entre os dois requerentes.
8. Fls. 38, Despacho Jurídico PGE/PA/CD-00-3416/2016, datado de 04/10/2016, de lavra da Douta Procuradoria do Estado, opinando pela possibilidade jurídica do pleito, mas com valor remuneratório de acordo com exposto às fls. 11, ou seja, indenização no valor de R$ 250,00 a cada Militar.
9. Fls. 43/44, constata-se despacho da Chefia de Gabinete e da Superintendência de Auditagem desta Controladoria Geral, encaminhando os autos para análise e parecer.

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no ***“Relatório e no Exame dos Autos”*** do presente Parecer, observa-se que o processo foi devidamente instruído, de forma que os documentos apresentados dão suporte à solicitação dos requerentes feita às fls. 02/03.

**4 - CONCLUSÃO**

Após a análise realizada, conclui-se pela procedência do crédito, conforme solicitado às fls. 02/03 dos autos.

Por fim, encaminhem-se os autos ao Gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada, sugerindo o retorno dos autos a Secretaria de Estado da Defesa Social, para adoção das medidas pertinentes aos pagamentos.

Maceió, 22 de dezembro de 2016.

**Luiz Honorato de Castro Júnior**

Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 121-0

De acordo:

**Adriana Andrade Araújo**

Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9